



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/05/2024 a 31/05/2024

Indexação: "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/11

83.2024 Sessão Ordinária - CD 14/05/2024-00:24

Publ.: DCD - 15/05/2024 - Capitão Alberto Neto-PL -AM

ENCERRAMENTO DISCURSO ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a necessidade de um profundo debate regional sobre a reforma do Sistema Tributário Nacional. Alertou para o risco de fracasso das políticas públicas voltadas à Zona Franca de Manaus (ZFM) e às Áreas de Livre Comércio (ALC). Criticou a exclusão de incentivos fiscais para "bens de perfumaria", afetando a competitividade da ZFM, e mencionou obstáculos à industrialização nessas áreas. Destacou o impacto negativo no setor comercial e agropecuário e a vedação de créditos para "bebidas açucaradas". Defendeu um debate aberto e flexível para garantir investimentos na região norte.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO CAPITÃO ALBERTO NETO (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Senhoras Deputadas,

Senhores Deputados,

Recentemente foi publicada a Emenda Constitucional 132/2023 que cuidou de reforma todo o Sistema Tributário Nacional. O Projeto de Lei Geral do IBS, da CBS e do Imposto Seletivo, apresentado pelo governo federal que se remete a regulamentar o “novo” Sistema necessita de profundo e sério debate regional sob pena de tornar a Zona Franca de Manaus e as Áreas de Livre Comércio, em políticas públicas fracassadas.

Inicialmente é importante descartar que proposta de reformulação do Sistema Tributário foi pautado no princípio da neutralidade fiscal, que por sua vez é antagônico ao princípio da extrafiscalidade, embora tenha ressalvados alguns incentivos a



regimes específicos, como a ZFM e ALC.

No entanto, considerar a ZFM tão somente como uma área definida em lei, sem reconhecer a área de abrangência por toda a Amazônia Ocidental e Amapá é erro grave do ponto de vista da política pública.

O PLP traz ainda uma “lista negativa” que inclui “bens de perfumaria” como proibidos de serem comercializados ou industrializados com algum tipo de incentivo fiscais, esquecendo que grandes players do segmento internacional, ao utilizarem essências regionais também fazem uso de insumos importados. No momento que o ambiente de negócio não é apropriado para produzir e envasar em escala, a ZFM deixa de ser competitiva e empresas internacionais não se implantam na região.

Também se faz necessário rever a proposta dentro do PLP que criou o obstáculo para se industrializar nas áreas de livre comércio a partir da implantação de processos produtivos básicos, instrumento nunca utilizada nessas áreas.

Percebo que além disso, o setor comercial e setor agropecuário devem receber forte impacto, uma vez que a base de abrangência, ou seja, do fato gerador do IBS e CBS se ampliam bastante.

Outro aspecto que precisa ser revisto no PLP está na omissão sobre a apropriação de crédito para bens intermediários classificados como “bebidas açucaradas”, que foram tratadas como bens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, vedando qualquer tipo de aproveitamento de crédito do Imposto Seletivo.

Enfim, existem muitos detalhes sobre a Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio que, mas do nunca, precisam de um debate aberto e de uma visão flexível para a região norte, sob pena de tornar inviável qualquer investimento fora dos grandes centros consumidores.

Muito obrigado.

Solicito a divulgação deste discurso nos meios de comunicação da Câmara dos Deputados e no programa Voz do Brasil.

Documento 2/11

86.2024

Sessão Ordinária - CD

15/05/2024-14:36

Publ.: DCD - 16/05/2024

Pauderney Avelino-UNIÃO -AM

-



Sumário

O Deputado destacou sua participação em reunião com o Vice-Presidente Geraldo Alckmin, Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviço, para tratar de problemas no Polo Industrial de Manaus (AM), ressaltando a redução da produção de resinas plásticas em decorrência de aumento de tributo, a defasagem salarial dos servidores públicos e a defesa da manutenção do modelo da Zona Franca de Manaus na reforma tributária. Por último, salientou a audiência pública realizada na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) com o Secretário Extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, que explicou a importância da regulamentação da reforma tributária para o Brasil e o impacto sobre o consumo decorrente do imposto sobre valor agregado.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (Bloco/UNIÃO - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, senhoras e senhores, ontem, eu, o Senador Omar e o Deputado Saullo Vianna estivemos com o Vice-Presidente Geraldo Alckmin, Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, para resolver problemas que estamos enfrentando no Polo Industrial de Manaus.

Há problemas, por exemplo, no polo de resinas plásticas, que tinha o quarto maior faturamento em termoplásticos, e, com as medidas na alíquota de impostos, houve uma redução de aproximadamente 50% dessa produção. É bom ressaltar que esse setor atende, sobretudo, o agronegócio brasileiro.

Mas temos outros problemas, problemas no processo produtivo básico. Temos problemas inclusive com o quadro de servidores, que está há anos sem qualquer aumento salarial. Temos problemas que vamos solucionar, não tenho dúvida, com a proposta de regulamentação da reforma tributária. Vamos fazer com que o nosso modelo econômico, que é a Zona Franca de Manaus, o maior polo industrial da América do Sul fora São Paulo, sobreviva a essa reforma.

Recebemos, na última quarta-feira, em audiência pública, o Secretário Extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, na Comissão de Finanças e Tributação, onde, por quase 3 horas, foram explicitadas por ele a todos os presentes, os Deputados que lá estavam, as ações que o Governo pretende fazer com relação a essa reforma, em que o Congresso também terá uma forte participação. Estamos debatendo essa matéria extremamente importante não apenas para o Amazonas mas também, sobretudo, para o Brasil, porque é uma mudança no sistema tributário do nosso País. Haverá igualmente mudança relativa ao consumo, com imposto sobre valor agregado, em vez daquele sistema antigo que tínhamos.

Tenho certeza de que resolveremos essas questões.



Documento 3/11

93.2024 Sessão Ordinária - CD 21/05/2024-15:32

Publ.: DCD - 22/05/2024 Darci de Matos-PSD -SC

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado abordou a importância da Marcha dos Prefeitos do Brasil, destacando que os Municípios são o verdadeiro cenário da vida e que é fundamental ouvir suas demandas e dificuldades. Ele mencionou uma reunião com Prefeitos de Santa Catarina para discutir uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que corrige os critérios de devolução do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) devido às mudanças na reforma tributária. Expressou preocupação de que os Municípios possam perder recursos devido a essa mudança e ressaltou a necessidade de revisão dos critérios para garantir o financiamento das políticas públicas locais, incluindo saúde, educação e assistência social.

O SR. DARCI DE MATOS (Bloco/PSD - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós temos hoje e amanhã a marcha dos Prefeitos do Brasil. Milhares de Prefeitos estão na Capital Federal para tratar dos seus pleitos, das suas dificuldades, e com razão, porque a vida não acontece em Brasília, a vida acontece nos nossos Municípios.

Sr. Presidente, em reunião hoje com os Prefeitos do meu Estado de Santa Catarina, vamos tratar de uma PEC que corrige os critérios de devolução do FPM. Da forma como está posto o arcabouço geral da reforma tributária, milhares de Municípios vão perder recursos, porque o critério foi mudado da origem para o consumo. Da forma que foi aprovada essa PEC da reforma tributária, que eu votei, nós não estamos incentivando a produtividade e a produção, nós estamos incentivando somente o consumo.

Portanto, concluo dizendo que nós temos que rever os critérios, porque como é que vão ficar os Municípios que perderam recursos? Como eles vão manter as suas políticas públicas, a saúde, a área social, a educação?

Portanto, Sr. Presidente, este tema tem de ser tratado na Confederação Nacional dos Municípios, porque ele é muito importante para os Municípios, para os Estados e, sobretudo, Sr. Presidente, para o Brasil.

Documento 4/11



93.2024 Sessão Ordinária - CD 21/05/2024-17:12
Publ.: DCD - 22/05/2024 - Pastor Henrique Vieira-PSOL -RJ
ORDEM DO DIA COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou seu compromisso com a democracia, cidadania, superação da fome, meio ambiente, cultura de paz e direitos humanos. Como Vice-Líder do Governo Lula e atuando na Comissão de Segurança Pública, enfatizou a necessidade de combater a fome e reduzir a desigualdade no Brasil. Mencionou medidas concretas do Governo, como a valorização do salário mínimo, isenção de Imposto de Renda, e programas de transferência de renda como o Minha Casa, Minha Vida. Ele também destacou a importância das cozinhas solidárias, que recebem alimentos da agricultura familiar e fornecem refeições a pessoas vulneráveis. Defendeu ainda a reforma tributária e a criação de uma cesta básica nacional com alíquota zero para produtos essenciais.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (Bloco/PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Boa tarde a todos. Boa tarde a todas.

Agradeço a possibilidade de falar em nome do nosso Governo. Desde o primeiro dia do mandato, tenho atuado na base de sustentação deste Governo, com a bancada do PSOL, nessa tarefa fundamental de defender a democracia, a cidadania, a superação da fome, o meio ambiente, uma cultura de paz e de direitos humanos.

Estou atuando como um dos Vice-Líderes do Governo Lula, depois de indicado pela bancada do PSOL, e tenho atuado também na Liderança do Governo na Comissão de Segurança Pública.

O tema que eu quero levantar aqui é o combate à fome, a erradicação da pobreza e a superação da desigualdade em nosso País. Este é um compromisso político e ético deste Governo. A fome é uma indignidade. E a fome existe não por falta de alimento, não por falta de oferecimento pela natureza daquilo que é suficiente para a humanidade. A fome é fruto de decisões políticas. A fome, na verdade, é um projeto político. A fome é fruto de um determinado modelo econômico que concentra renda, que concentra terra, que concentra riqueza, que concentra propriedade, que produz desperdício. A fome, portanto, é fruto de uma decisão ou de um projeto histórico.

Mas este Governo tem medidas concretas para a redução da desigualdade. Um exemplo é a valorização real do salário mínimo para além da inflação, o que significa aumento do poder de compra da classe trabalhadora. Há também o aumento gradativo da isenção do Imposto de Renda, que já chegou ao valor de até dois salários mínimos, e o objetivo é chegar até 5 mil reais.



Cito ainda a abertura de orçamento para melhorar o poder de compra da classe trabalhadora. Mencionei as medidas de transferência direta de renda, como, por exemplo, a renovação e o aperfeiçoamento do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Além disso, há o programa nacional das cozinhas solidárias. Eu, junto com o Deputado Guilherme Boulos, fui autor da lei que incluiu as cozinhas solidárias no PAA, o Programa de Aquisição de Alimentos. No dia 5 de março, o Presidente Lula assinou o decreto e instituiu o Programa Cozinha Solidária. O Governo está reconhecendo essa sabedoria popular. As cozinhas solidárias se organizaram especialmente na época da pandemia, por iniciativa de movimentos sociais para combater a fome e entregar refeições a pessoas em situação de extrema vulnerabilidade. Como dizia o sociólogo Betinho, quem tem fome tem pressa.

Para enfrentar a fome, é preciso de fato mudar inclusive o modelo econômico, mas existem medidas que são fundamentais para reduzir o problema e tirar pessoas dessa situação de tamanha vulnerabilidade. Então, a partir de agora, a partir desse programa, o Governo vai cadastrar cozinhas solidárias que passarão a receber alimentos da agricultura familiar, companheiro Deputado Chico Alencar. Isso fortalece pequenos agricultores, favorece uma alimentação saudável, livre dos ultraprocessados. Alimentos da agricultura familiar serão levados para as cozinhas solidárias. Haverá ainda repasse de recursos, de acordo com o número de refeições que serão entregues por cozinha. Além disso, haverá bolsas, especialmente para cozinheiras.

Estou vendo que chegou a companheira amiga Deputada Talíria Petrone, que tem esta pauta, a do fortalecimento, lá na ponta, de mulheres protagonistas do movimento popular na entrega de refeições para combate à fome.

O programa nacional das cozinhas solidárias também cumpre essa função, junto com o Minha Casa, Minha Vida, junto com a valorização real do salário mínimo, junto com a ampliação do Imposto de Renda. Essas são medidas conjuntas de um Governo que tem compromisso com a classe trabalhadora e empobrecida do nosso País, um dos países mais desiguais e mais injustos do mundo.

Outra vitória histórica deste Governo é a reforma tributária. Temos que avançar muito para fazer uma taxação de renda, de propriedade, de patrimônio, de herança. Essa é uma medida que, historicamente, nós do PSOL defendemos e pautamos para o Governo e a sociedade. Mas a reforma tributária tem ganhos importantes. Vamos debater e votar, possivelmente até o meio do ano, antes do recesso, a regulamentação dessa reforma tributária.

Companheiro Deputado Chico Alencar, há um ponto fundamental, que é o ponto da cesta básica nacional. Quero chamar a atenção para essa pauta. Qual é a proposta? Que a cesta básica seja nacional e, ao mesmo tempo, regionalizada, respeitando, portanto, a cultura alimentar específica de um país continental e diverso. A alíquota é zero para produtos considerados essenciais. Isso significa



baratear alimentos essenciais para que o povo possa ter acesso regular, permanente, estável e frequente ao alimento e para que, assim, as famílias não passarem fome.

Há uma questão importante. Nós temos que garantir que a cesta básica nacional e regionalizada não contenha produtos ultraprocessados, que fazem muito mal ao povo. Menciono fatores cancerígenos, doenças cardiovasculares. E há um *lobby*, companheira Deputada Talíria, de determinados grupos. Querem alíquota zero para produtos que fazem mal ao nosso povo.

Temos que ajudar o Governo a aprovar o projeto que foi enviado e que garante acesso a produtos que asseguram soberania alimentar e qualidade nutricional para o nosso povo. Este detalhe não é, na verdade, um detalhe, é um avanço importante: uma cesta básica nacional com alíquota zero, barateando o preço do alimento para garantir que as pessoas não passem fome.

São várias as medidas deste Governo democrático, que tem sensibilidade social, acredita que arroz e feijão são mais importantes do que fuzil e tem um projeto ético, que é erradicar a fome no nosso País.

Muito obrigado pela concessão do tempo, Sr. Presidente.

Documento 5/11

93.2024	Sessão Ordinária - CD	21/05/2024-17:20
Publ.: DCD - 22/05/2024 -	Odair Cunha-PT -MG	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado fez um relato sobre o comportamento do Presidente Lula na Marcha dos Prefeitos, destacando a retomada da civilidade política e o respeito ao debate federativo. Mencionou o anúncio de um acordo para a desoneração previdenciária dos Municípios e ressaltou a importância do diálogo entre diferentes poderes para a viabilização de recursos extras para Estados e Municípios. Também mencionou a próxima regulamentação da reforma tributária pelo Ministro Fernando Haddad. Afirmou que o Governo Lula valoriza o fortalecimento dos Municípios e que ações colaborativas, como a resposta à catástrofe no Rio Grande do Sul, refletem um compromisso federativo e com o povo brasileiro.

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ocupo esta tribuna para fazer um relato sobre o comportamento democrático, republicano e federativo



do Presidente Lula hoje na Marcha dos Prefeitos.

É preciso que se tenha clareza de que há um debate federativo forte, presente e respeitoso. A presença do Presidente da República hoje na Marcha dos Prefeitos significa a retomada da civilidade política. Não somos todos iguais, mas nós respeitamos as diferenças, a pluralidade, a diversidade, isso que ocorre neste Parlamento, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares.

O Presidente Lula anunciou hoje um acordo que diz respeito, por exemplo, à desoneração previdenciária da seguridade para os Municípios brasileiros, fruto de entendimento havido entre esta Casa, o Senado Federal, o Supremo Tribunal Federal e o Poder Executivo, porque é assim que se faz a Política com "P" maiúsculo, buscando estabelecer diálogo franco e sincero em torno daquilo que é possível, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares.

Não é de hoje que os Prefeitos e os Governadores deste País debatem nesta Casa Legislativa, por exemplo, o PLP sobre a securitização das dívidas de Estados e Municípios. Este projeto vai viabilizar recursos extras para os cofres dos Estados e dos Municípios num momento importante, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares. Tudo isso é fruto de um processo de diálogo, de interação.

O projeto de lei que o Ministro Fernando Haddad encaminhará a esta Casa na próxima semana regulamenta a reforma tributária e foi objeto de diálogo intenso entre os Estados e os Municípios brasileiros. Não falta, por parte do Governo do Presidente Lula, respeito civilizatório, não falta compromisso federativo. É preciso que reconheçamos o esforço de todo o Governo do Presidente Lula no sentido de buscar o fortalecimento dos Municípios brasileiros, até porque, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, as pessoas vivem nos Municípios, dialogam com os Prefeitos, com as Prefeitas, com os Vereadores, com as Vereadoras. Precisamos ter a clara compreensão de que esse diálogo federativo é importante para o desenvolvimento do Brasil.

Como disse o nosso Presidente hoje, não existe país rico com Município pobre. É necessário que tenhamos clareza de que a agenda não precisa ser sempre a mesma, mas é preciso se ter uma visão colaborativa, uma visão harmônica de respeito às instituições. É isso que o Brasil recobra com o Governo do Presidente Lula. É isso que o Brasil retoma com a liderança do Presidente Lula, manifestada nas urnas no ano de 2022 e consagrada e implementada por um Governo sério, um Governo transparente, um Governo que dialoga com as necessidades do povo brasileiro.

É a isso que estamos assistindo no que diz respeito às ações do Governo Federal diante dessa catástrofe no Rio Grande do Sul. Nós temos um Governo que olha para o Rio Grande do Sul e entende que os problemas que lá estão acontecendo não são problemas só do Governo do Estado, não são problemas só dos Governos Municipais. Aquela situação atinge todo o Brasil. Se há um problema com uma das unidades federativas deste País, todo o Brasil sofre. Todo o Brasil precisa se empenhar na perspectiva de buscar uma solução federativa, uma solução que dialogue com os interesses do povo brasileiro.

presente no Rio Grande do Sul.

É por isso, Sr. Presidente, que temos a clareza de que esse respeito federativo, de que esse diálogo coordenado pelo Presidente Lula é um diálogo propositivo que faz com que o Brasil cresça, desenvolva-se com inclusão social, para que ninguém fique para trás. Quando o Presidente Lula assume as ações atuando de maneira colaborativa com Estados, Municípios e sociedade civil organizada, ele comprehende que é preciso respeitar as autonomias, mas é necessário dizer que o que interessa ao Rio Grande do Sul interessa a todo o Brasil. Nós vamos, sim, agir, porque no Governo atual há compromisso com a Federação, há compromisso com o Brasil, há compromisso, portanto, com o povo do Rio Grande do Sul, que sofre todas aquelas mazelas neste momento.

Vamos juntos superá-las, sem nenhuma divisão, sem *fake news*, com compromisso de verdade. É a isso que estamos assistindo. E a presença do Presidente Lula hoje na Marcha dos Prefeitos sintetiza tudo isso.

Muito obrigado.

Documento 6/11

96.2024

Sessão Ordinária - CD

22/05/2024-15:28

Publ.: DCD - 23/05/2024

Zé Neto-PT -BA

1

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado elogiou a participação do Ministro Fernando Haddad na Comissão de Finanças e Tributação. O Ministro discutiu a reforma tributária, destacando sua importância para o desenvolvimento do Brasil. Ressaltou que a aprovação da reforma foi uma vitória do Parlamento, após quase quatro décadas de discussão, e enfatizou a necessidade de regulamentação para modernizar o sistema fiscal. Criticou a complexidade tributária atual e defendeu a adoção do IVA. Conclamou o Parlamento a regulamentar a reforma até junho, afirmando que isso representará uma vitória para toda a sociedade.

O SR. ZÉ NETO (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero ressaltar a brilhante passagem do Ministro Fernando Haddad, hoje pela manhã, pela Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo Deputado baiano Mário Negromonte Jr.

O Ministro trouxe muitas informações e fez um bom debate, o debate que deve ser sempre a pedra de toque do Governo do Presidente Lula. Ouviu, trouxe



esclarecimentos, pautou esta Casa, pediu que vejamos a questão econômica não apenas como disputa ideológica. Ao contrário. O Ministro Haddad hoje colocou vários pontos que dizem respeito à reforma tributária, à necessidade que temos de impulsionar o Brasil para o seu desenvolvimento.

A reforma tributária não é uma vitória apenas de Governo Federal. Ao contrário. A maior vitória, pela reforma tributária aprovada nesta Casa, foi exatamente do Parlamento, que soube dialogar com a sociedade, que alterou vários quesitos da reforma proposta, reforma que vinha sendo discutida há quase 4 décadas e que agora está no seu momento de regulamentação, momento esse especial e único, porque a regulamentação vai de fato traduzir as expectativas do povo brasileiro no que diz respeito ao desenvolvimento, à modernidade do País.

Não dá mais para aceitar que o Brasil não tenha o IVA — Imposto sobre Valor Agregado, Não dá mais para aceitar que o Brasil tenha mais de 5 mil arcabouços fiscais de qualquer modo e mais de 7 mil alíquotas. Sem contar, Sr. Presidente, que as empresas gastam mais de 1.200 horas por ano para sobreviver, enquanto que, em alguns países da OCDE — Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, gastam muito menos de 200 horas. Isso mostra o *delay* do nosso desenvolvimento, em comparação com o desenvolvimento do mundo. Na grande maioria dos países do mundo o IVA já existe.

Portanto, é preciso que tenhamos esse entendimento. Esta Casa não pode tratar disto como um assunto ideológico. Temos poucos dias, daqui até o mês de junho, para colocar como pauta principal desta Casa a regulamentação da reforma tributária, para de fato modernizar as relações fiscais no Brasil e as relações com o mundo, para de fato ter uma tributação mais justa, sair desta loucura em que vivemos e, com isso, estabelecer claramente outro nível de desenvolvimento.

Não será uma vitória do Governo apenas, será uma vitória de toda a sociedade, mas, principalmente, a vitória de um Parlamento ativo, que sabe propor, que tem como propor e haverá de propor no tempo certo, para o primeiro semestre ainda, a regulamentação da reforma tributária, para que ela saia do papel e deixe de ser apenas um desejo, para se tornar uma grande realidade para o povo brasileiro.

Documento 7/11

96.2024

Publ.: DCD - 23/05/2024 -

Sessão Ordinária - CD

Merlong Solano-PT -PI

22/05/2024-16:04

BREVES COMUNICAÇÕES

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário



O Deputado destacou o impacto positivo da reforma tributária aprovada na Câmara, conforme simulador do Banco Mundial. A reforma, proposta pelo Presidente Lula, promete reduzir a carga tributária dos 10% mais pobres para 22,1%, contra os atuais 33% a 34%. Enfatizou que a reforma simplifica a vida dos empresários e combate a sonegação, promovendo melhor distribuição de renda e enfrentando a desigualdade social. Indicou que novas reformas, incluindo a do Imposto de Renda, serão discutidas no segundo semestre.

O SR. MERLONG SOLANO (Bloco/PT - PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Gilberto Nascimento, colegas Deputadas e Deputados, o Banco Mundial lançou um simulador que calcula o impacto da nossa reforma tributária sobre os diversos níveis de renda das famílias brasileiras. Chegou-se a uma conclusão muito alvissareira e positiva em relação à reforma tributária que nós aplicamos nesta Casa e agora vamos regulamentar. A reforma tributária, sendo aplicados os termos que nós aprovamos aqui, reduz a carga tributária aos 10% mais pobres para 22,1%. Portanto, há uma queda significativa, considerando que a atual carga tributária de impostos que recai sobre os brasileiros e brasileiras gira entre 33% e 34%.

Essa queda significativa, que beneficia as famílias mais pobres, resulta de diversos pontos presentes na reforma que nós aprovamos, enviada para esta Casa pelo Presidente Lula. Em primeiro lugar, a alíquota média é de 26,5%. Portanto, já há uma queda de 33% ou 34% para 26,5%. Há ainda o fato de que na reforma estão introduzidos mecanismos de distribuição equitativa do peso tributário, quando, por exemplo, a cesta básica nacional não pagará imposto; quando a cesta estendida pagará apenas 60% dos tributos incidentes sobre os demais alimentos; quando, por meio de *cashback*, será devolvido 100% do imposto pago na compra do botijão de gás e 50% do imposto pago nas contas de energia elétrica e de água.

Portanto, é uma reforma tributária que, de um lado, simplifica a vida dos empresários, e, de outro, reduz a carga tributária, porque distribui os tributos para todos, uma vez que ficará muito mais difícil sonegar impostos, o que acontece hoje com muito mais facilidade. Através desses mecanismos, a reforma já começa a introduzir na nossa sociedade mecanismos estruturais de melhoria da distribuição de renda, ajudando, portanto, o País a enfrentar um dos seus mais graves problemas: a enorme desigualdade social.

O Brasil precisa continuar crescendo, inclusive em níveis mais elevados do que os atuais, mas deve fazer isso distribuindo renda, para reduzir a desigualdade social. E é esse o caminho que a reforma tributária começou a enfrentar e que nós aprofundaremos ainda mais na reforma do Imposto de Renda, no segundo semestre. Esse é o caminho para o Brasil.

Presidente Gilberto Nascimento, solicito a V.Exa. que este pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa.



Documento 8/11

96.2024 Sessão Ordinária - CD 22/05/2024-16:32
Publ.: DCD - 23/05/2024 Reginaldo Lopes-PT -MG
-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a criação do Grupo de Trabalho sobre a Regulamentação da Reforma Tributária, por iniciativa do Presidente Arthur Lira. Agradeceu a indicação para compor o grupo e ressaltou a coordenação coletiva dos trabalhos. Convidou os membros da Casa a participarem das atividades com o objetivo de aprimorar a regulamentação da reforma tributária. Enfatizou a importância dessa reforma para promover ganhos de competitividade e produtividade, contribuindo para o crescimento do Brasil e beneficiando a todos.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Eu quero registrar que o Presidente Arthur Lira criou o Grupo de Trabalho sobre a Regulamentação da Reforma Tributária. Trata-se do Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024. Agradeço a indicação do meu Líder, o Deputado Odair Cunha, e do Presidente Arthur Lira para compor esse GT, que tem coordenação coletiva.

Vamos iniciar hoje os trabalhos no Plenário 12. Convido a Casa para participar. Vamos instalar o Grupo de Trabalho e colocamos à disposição todo o GT para reuniões, mesas de diálogo, audiências públicas, visitas, debates, audiências, a fim de aperfeiçoar cada vez mais a regulamentação da nossa reforma tributária.

Com certeza, essa reforma vai trazer ganho de competitividade e produtividade. Com essa reforma, o Brasil cresce e todos ganham.

Obrigado, Presidente.

Documento 9/11

97.2024 Sessão Ordinária - CD 23/05/2024-12:08
Publ.: DCD - 24/05/2024 Reginaldo Lopes-PT -MG
-

BREVES

BREVES



Sumário

O Deputado expressou solidariedade ao povo do Rio Grande do Sul e enfatizou a importância da reconstrução não apenas das infraestruturas, mas também dos projetos de vida dos cidadãos gaúchos. Anunciou o início dos trabalhos do G7 da reforma tributária, destacando a presença do Secretário Extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy. Salientou os avanços proporcionados pela Emenda Constitucional nº 132, ressaltando os investimentos nos setores automobilístico e siderúrgico. Além disso, delineou o cronograma de audiências para aprimorar o Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, a Contribuição Social sobre Bens e Serviços - CBS e o Imposto Seletivo - IS. Comprometeu-se a ampliar o debate e buscar consensos para avançar com a reforma tributária.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Pompeo de Mattos, Parlamentar exemplar desta Casa.

Quero manifestar minha total solidariedade ao seu povo, ao povo do Rio Grande do Sul, e também cumprimentar os visitantes.

Reafirmo o nosso carinho, a unidade nacional, como República Federativa. Estamos todos juntos nesse processo de reconstrução do Estado, de reconstrução do patrimônio do povo, das residências, da infraestrutura, mas também da reconstrução do projeto de vida de um povo guerreiro, batalhador, hospitaleiro. Espero que, de fato, as políticas públicas do Estado brasileiro possam reconstruir também o Rio Grande do Sul do ponto de vista das atividades econômicas, que são tão importantes para o País, mas também para a gente gaúcha.

Sr. Presidente, na terça-feira, nós vamos iniciar os trabalhos do nosso grupo de trabalho, o G7 da reforma tributária, do Projeto de Lei Complementar nº 68, das leis complementares, com a presença do Secretário Extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy. Quero convidar para a audiência toda a Casa, todos os colegas, Deputados e Deputadas.

Também na terça-feira, no período da tarde, nós estamos convidando todas as confederações nacionais — da agricultura, do comércio, da indústria, do sistema financeiro, das cooperativas, do transporte —, para ouvi-las na perspectiva de aprimorar a PEC legislativa e o PLP 68.

Esses são passos de um fato histórico. A própria promulgação, em 20 de dezembro de 2023, da Emenda Constitucional nº 132, da reforma tributária, com certeza criou um novo ambiente, um novo ecossistema de atração de novos investimentos para a economia brasileira.



Não é por acaso que, junto com o Presidente Lula e Geraldo Alckmin, o setor automotivo foi oxigenado. No ano passado, os funcionários estavam em férias coletivas e os pátios, lotados de carros, sendo necessário um programa de transferência de um bônus para os brasileiros e brasileiras poderem comprar carros. Agora, não. O setor automobilístico oxigenou-se, o sistema tributário vai diminuir o custo de produtividade e será garantido um investimento, nos próximos 4 anos ou 5 anos, de 130 bilhões de reais.

Na mesma direção, para o setor em que o Brasil teve os investimentos congelados, com muita dificuldade de competitividade — o setor do aço —, também foram anunciados 119 bilhões de reais, no caso, o setor de siderurgia, de fabricação de aço.

Isso é importante e tem relação, com certeza, com a nova perspectiva que o Brasil vai viver com a consolidação da reforma tributária. De fato, as leis complementares são extremamente importantes. Para iniciarmos a transição em 2026, é fundamental essa regulamentação.

Nos próximos 45 dias, trataremos do PLP, sob a liderança do Presidente Arthur Lira, que nomeou um G7 com representantes de todos os partidos, das maiores bancadas: Deputado Claudio Cajado, do PP da Bahia; Deputado Hildo Rocha, do MDB do Maranhão; Deputado Joaquim Passarinho, do PL do Pará; Deputado Augusto Coutinho, do Republicanos de Pernambuco; Deputado Moses Rodrigues, do UNIÃO do Ceará; Deputado Luiz Gastão, do PSD do Ceará; e este Deputado.

Vamos trabalhar juntos nos próximos 45 dias, e já fizemos um roteiro de trabalho. Vamos promover, todas as terças, quartas e quintas-feiras pela manhã e terças e quartas-feiras à tarde, várias audiências com todos os setores produtivos, com a sociedade civil organizada, com as Frentes Parlamentares, com o conjunto de colegas Deputados e Deputadas que queiram debater o tema, dar sua contribuição, a fim de aperfeiçoar o sistema de regulamentação do sistema tributário.

Deputado Pompeo de Mattos, quero me colocar à disposição para ampliar esse debate, ouvir muito, buscar mais consenso onde houver dissenso, ouvir mais, para avançar com o projeto da reforma tributária.

Documento 10/11

100.2024

Sessão Ordinária - CD

27/05/2024-18:08

Publ.: DCD - 28/05/2024

Page 1 - PT. MG

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

A Deputada defendeu o Governo do Presidente Lula, destacando as reformas tributárias, a taxação dos super-ricos, e programas sociais como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida. Rebateu as fake news que afirmam que o Governo pretende taxar as compras no e-commerce, especialmente na Shein e na Shopee, esclarecendo que Lula é contrário a essa medida e vetará qualquer aprovação nesse sentido. Comemorou a recente vitória no Senado Federal, que aprovou a continuidade e o aperfeiçoamento das cotas raciais em concursos públicos, aumentando a reserva de vagas de 20% para 30% e estendendo o prazo da ação afirmativa por mais 10 anos.

A SRA. DANDARA (Bloco/PT - MG. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu queria dizer uma verdade ao povo brasileiro que está nos acompanhando. O Governo do Presidente Lula é o Governo da reforma tributária, da taxação dos super-ricos e dos bilionários. É o Governo da retomada do Bolsa Família, do Minha Casa, Minha Vida. É o Governo que prioriza a justiça social. Não é o Governo da taxação das comprinhas da Shein e da Shopee.

Não caiam em *fake news!* O Presidente Lula, sabiamente, já se manifestou contra a taxação do *e-commerce* e já avisou que, se este Congresso aprovar a taxação, ele vai vetá-la. Está circulando uma *fake news*, uma mentira, segundo a qual as compras na Shein e na Shopee vão ficar difíceis. É mentira, porque esta não é a prioridade do Governo Lula, pelo contrário. A reforma tributária vem para simplificar a cobrança de tributos e para deixar mais difícil a vida dos sonegadores de impostos. É isso que tem atrapalhado e incomodado muita gente que vive de roubar dinheiro, que vive de impostos, gente que não está preocupada com a justiça tributária no nosso País.

Nós não ouvíamos esta gritaria toda sobre isenção, piriri e pororó, no Governo do inelegível. Inelegível, lembrem! Não se esqueçam. Por sinal, ele aumentou de 500 dólares para mil dólares o limite de produtos comprados sem impostos por turistas ou viajantes no exterior, além de mil dólares nas compras em *free shops*. Isso certamente foi porque ele achava que o povo tinha que pagar mais impostos e os mais ricos, que geralmente viajam para fora com mais frequência, que compram mais no exterior, podiam ficar sem nenhum tipo de tributação.

Não caiamos em *fake news!* O Presidente Lula não vai taxar as comprinhas da Shein e da Shopee.

Aproveito a ocasião, Presidente, para dizer que, na semana passada, nós tivemos uma grande vitória, pois conseguimos aprovar, no Senado Federal, a continuidade e o aperfeiçoamento das cotas em concursos públicos. As cotas têm prazo de validade, e este vence em junho próximo. O Senado já se posicionou, e a matéria vem para esta Casa. Ela amplia de 20% para 30% a reserva de vagas e estabelece um novo ciclo de mais 10 anos para a ação afirmativa. Isso é muito importante para nós fazermos do serviço público um



espaço para a promoção da igualdade racial, da equidade e do combate a todas as formas de desigualdade e de discriminação.

Nós queremos chamar a atenção deste Plenário, dos Deputados e das Deputadas que nos acompanham neste momento, para esta matéria, que é de interesse do povo brasileiro e que precisa avançar.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que esta fala seja veiculada por todos os canais de comunicação da Casa.

Muito obrigada.

Documento 11/11

100.2024	Sessão Ordinária - CD	27/05/2024-20:16
Publ.: DCD - 28/05/2024	Darci de Matos-PSD -SC	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado apresentou uma emenda ao Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, a Contribuição Social sobre Bens e Serviços - CBS e o Imposto Seletivo - IS e regulamenta a reforma tributária, visando excluir as cervejarias artesanais do Imposto Seletivo, conhecido como "imposto do pecado". Argumentou que essas pequenas empresas, que geram emprego e renda e estão no SIMPLES, seriam injustamente penalizadas pela inclusão nesse imposto. Alertou que essa medida poderia levar ao fechamento de milhares de cervejarias artesanais, especialmente no Sul do Brasil, impactando negativamente a economia do País.

O SR. DARCI DE MATOS (Bloco/PSD - SC. Sem revisão do orador.) - Obrigado.

Sr. Presidente, eu preparei, com a minha equipe, uma emenda para tratar da reforma tributária quando formos discutir os PLPs aqui na Câmara. É uma emenda que retira as cervejarias artesanais do Brasil do Imposto Seletivo, ou seja, do "imposto do pecado". Milhares de pequenas empresas são cervejarias artesanais que geram emprego, que geram renda e que estão no SIMPLES. Não é justo que entrem no Imposto Seletivo, no "imposto do pecado". Serão muito penalizadas, e empregos e renda serão perdidos. Nós podemos acabar com esses pequenos negócios de cervejarias artesanais, que são milhares no Brasil, sobretudo no Sul, e que são muito importantes para a economia do País, Sr.



Presidente.
